



Artigo 15

Os Relatórios de Progresso serão elaborados anualmente de acordo com o roteiro estabelecido pelo IICA e a ABC/MRE.

Artigo 16

O Relatório Final será elaborado de acordo com o roteiro estabelecido pelo IICA e a ABC/MRE, devendo ser apresentado ao Comitê Diretivo para aprovação, no prazo máximo de cento e vinte (120) dias após o encerramento do Instrumento de Cooperação Técnica.

Artigo 17

O Termo de Encerramento será assinado após a aprovação do Relatório Final, pelo Comitê Diretivo.

TÍTULO VI

Dos Recursos Orçamentários

Artigo 18

O presente Instrumento de Cooperação Técnica envolverá recursos de até quatro milhões e duzentos mil reais (R\$ 4.200.000,00), a serem alocados pela SECIS/MCT, no período de execução estabelecido no Instrumento de Cooperação Técnica.

Artigo 19

Os gastos com a execução das atividades previstas neste Instrumento de Cooperação Técnica serão financiados com recursos da SECIS/MCT, de acordo com as fontes descritas a seguir:

- a) Programa de Trabalho 0471 - Ciência, Tecnologia e Inovação para Inclusão e Desenvolvimento Social;
- b) Ação 0752 - Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento Aplicados à Segurança Alimentar e Nutricional;
- c) Ação 0862 - Apoio à Pesquisa, Inovação e Extensão Tecnológica para o Desenvolvimento Social;
- d) Ação 09HH - Apoio à Pesquisa e Inovação em Arranjos Produtivos Locais, e
- e) Ação 6702 - Difusão e Popularização de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social.

TÍTULO VII

Da Administração e Execução Financeira

Artigo 20

- Os recursos financeiros aportados pela SECIS/MCT serão administrados de acordo com as políticas, normas, regulamentos e procedimentos financeiros do IICA.
- Os recursos financeiros transferidos em favor do IICA deverão ser creditados em conta corrente do IICA, previamente indicada, e serão mantidos na mesma moeda do repasse.
- O IICA não iniciará ações do Instrumento de Cooperação Técnica até o efetivo recebimento dos recursos financeiros correspondentes.
- A SECIS/MCT assegurará o cumprimento de todas as obrigações financeiras assumidas pelo IICA em razão da execução do PCT.
- Serão apropriados ao orçamento do PCT os rendimentos eventualmente auferidos de aplicação financeira, efetuada pelo IICA, dos recursos de contrapartida nacional.

TÍTULO VIII

Da Prestação de Contas

Artigo 21

O IICA encarregar-se-á do controle financeiro dos recursos liberados, mantendo contabilidade especial e obrigando-se a apresentar, à SECIS/MCT, prestações de contas mensais de acordo com as normas do IICA e na mesma moeda de repasse.

Artigo 22

- No encerramento do presente Instrumento de Cooperação Técnica, serão observados os seguintes prazos para regularização da situação financeira:
  - a) até 60 (sessenta) dias após a data de encerramento do Instrumento de Cooperação Técnica, para pagamento de despesas formalizadas dentro da vigência do mesmo;
  - b) até 90 (noventa) dias após a data de encerramento do Instrumento de Cooperação Técnica, para envio da prestação de contas final para a SECIS/MCT;

c) até 90 (noventa) dias após a data de recebimento da prestação de contas final, para a aprovação pela SECIS/MCT, e

d) até 30 (trinta) dias após a aprovação da prestação de contas pela SECIS/MCT para a devolução dos saldos financeiros pelo IICA ou seu reembolso pela SECIS/MCT das despesas realizadas à conta do Instrumento de Cooperação Técnica, se verificada a ausência de recursos financeiros.

2. Ocorrendo motivo justo ou de força maior, serão revistos e acordados, pelas Partes Contratantes, os prazos referidos neste artigo.

TÍTULO IX

Dos bens, produtos e serviços

Artigo 23

- Na aquisição de bens, produtos e serviços, deverão ser observadas, no que couber, a legislação brasileira e as normas, regras e procedimentos do IICA.
- Os bens e equipamentos adquiridos com recursos do Instrumento de Cooperação Técnica serão utilizados exclusivamente na sua execução, sendo transferidos ao patrimônio da SECIS/MCT, imediatamente após o recebimento e atestado pelo Diretor Nacional do Projeto no Termo de Transferência de Bens Patrimoniais.

Artigo 24

- A SECIS/MCT poderá solicitar ao IICA que execute diretamente serviços e elabore produtos previstos no PCT.
- Para execução dos serviços e elaboração de produtos a que se refere o parágrafo 1 deste artigo, a SECIS/MCT autorizará expressamente o pagamento das despesas previstas em proposta técnica encaminhada pelo IICA.

TÍTULO X

Dos Custos e Gestão

Artigo 25

Para cobrir os custos indiretos, decorrentes da participação do IICA na administração do Instrumento de Cooperação Técnica, será cobrada da SECIS/MCT a taxa Institucional (TIN) de 5% (cinco por cento) sobre os recursos financeiros efetivamente executados, de acordo com o Regulamento Financeiro do IICA, em sua Norma 3.5 "Tasa Institucional Neta", item 3.5.1.

TÍTULO XI

Do Pessoal

Artigo 26

- A contratação de pessoal pelo IICA, para executar atividades previstas no âmbito do Instrumento de Cooperação Técnica, será regida pelos dispositivos normativos pertinentes à matéria e realizada de comum acordo entre a SECIS/MCT e o IICA.
- Na contratação de pessoal serão observadas as normas do IICA e as disposições da Legislação nacional aplicável.
- Na eventualidade de demandas judiciais em decorrência das contratações, os encargos de natureza civil, trabalhista ou previdenciária, inclusive no tocante às despesas advocatícias e às custas cobradas em processos judiciais serão pagos com recursos do Instrumento de Cooperação Técnica.

TÍTULO XII

Da auditoria

Artigo 27

- O Instrumento de Cooperação Técnica será objeto de auditoria anual realizada por órgão competente do Governo Brasileiro ou sempre que uma das Partes Contratantes julgar necessário, sendo, neste caso, financiada com recursos do Instrumento de Cooperação Técnica, devendo ser considerados as normas, os regulamentos e os procedimentos do IICA.
- Em razão dos privilégios e imunidades de que goza o IICA, os documentos originais serão mantidos em sua posse.
- O acesso à documentação necessária à auditoria será franqueado mediante solicitação formal da SECIS/MCT ao IICA.

TÍTULO XIII

Da Publicação e do Crédito à Participação

Artigo 28

A SECIS/MCT fará publicar o extrato deste Instrumento de Cooperação Técnica, suas eventuais revisões e demais atos decorrentes, no Diário Oficial apropriado.

Artigo 29

- As Partes Contratantes obrigam-se, expressamente, a indicar uma a outra em toda a reprodução, publicação, divulgação e veiculação das ações e atividades, dos trabalhos e produtos advindos deste Instrumento de Cooperação Técnica, observando-se o devido crédito à participação de cada uma delas.
- É terminantemente vedada a inclusão de nomes, marcas, símbolos, logotipos, logomarcas, combinação de cores ou de sinais ou imagens que caracterizem ou possam caracterizar promoção individual ou de caráter comercial, na publicação, divulgação, veiculação de ações, atividades, trabalhos ou produtos decorrentes do Instrumento de Cooperação Técnica.

TÍTULO XIV

Da revisão

Artigo 30

- O Instrumento de Cooperação Técnica poderá ser revisado por assentimento das Partes Contratantes, de acordo com o roteiro estabelecido pelo IICA e a ABC/MRE.
- As revisões de que trata este artigo, sempre de comum acordo, poderão ser propostas pelo Governo Brasileiro, por intermédio da ABC/MRE ou da SECIS/MCT e pelo IICA, mediante sua Representação no Brasil.

TÍTULO XV

Da Denúncia

Artigo 31

- O presente Instrumento de Cooperação Técnica poderá ser denunciado por qualquer das Partes Contratantes por meio de notificação, feita com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, preservando-se, entretanto, a continuidade das ações e atividades em curso.
- Em caso de denúncia, serão preservadas as ações e as atividades em execução, devendo as partes estabelecer os procedimentos de conclusão dos contratos e obrigações em vigência.

TÍTULO XVI

Da Suspensão e da Extinção

Artigo 32

- O documento de projeto poderá ser suspenso caso ocorra o descumprimento de quaisquer das cláusulas pactuadas, bem como:
  - a) utilização dos recursos em desacordo com o objetivo constante no documento de projeto;
  - b) interrupção das atividades do projeto, em razão da indisponibilidade dos recursos previstos em seu orçamento;
  - c) não apresentação dos relatórios de progresso nos prazos estabelecidos;
  - d) baixo desempenho operacional e técnico em um período superior a doze meses de implementação, atestado em relatório de desempenho aprovado pelo órgão ou instituição executora nacional, pela ABC/MRE e pelo organismo internacional cooperante, e
  - e) interrupção das atividades do projeto sem a devida justificativa.
- O Documento de projeto será extinto caso as razões determinantes da suspensão aplicada em função do parágrafo primeiro do presente artigo não tenham sido corrigidas.

TÍTULO XVII

Da Solução de Controvérsias

Artigo 33

As divergências que possam advir na execução do presente Ajuste Complementar serão dirimidas de comum acordo entre os representantes das Partes Contratantes.

TÍTULO XVIII

Dos Privilégios e Imunidades do IICA

Artigo 34

Nenhuma das provisões deste Ajuste Complementar deve ser interpretada como recusa implícita ou explícita de quaisquer privilégios e imunidades dispensados ao IICA por força dos atos internacionais celebrados com o Governo Brasileiro ou de convenções, leis ou decretos de caráter nacional ou internacional, ou de qualquer outra natureza.